



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ  
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E INFRAESTRUTURA**

**Termo 14/2021 - DEIN-PROAD/PROAD/GAB/RE/IFAP**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA**

(Processo nº 23228.000929.2021-11)

## **I - OBJETIVO**

**1.1.** O presente Termo de Referência visa estabelecer normas e critérios a serem observados no processo licitatório para a contratação de empresa de engenharia especializada para execução da obra de construção de subestação de energia elétrica no Campus Avançado de Oiapoque. A obra em questão será executada sob supervisão e orientação de fiscais designados por ato formal do IFAP com objetivo de garantir à Administração o cumprimento e a boa qualidade dos serviços estabelecidos no contrato de execução da obra, mediante acompanhamento in loco de todas as atividades nele previstas. Cabe destacar a importância do cumprimento pleno das condições de contratação dos serviços, obedecendo os padrões técnicos requeridos, fazendo o controle da execução da obra mediante acompanhamento permanente e análise das informações técnicas.

## **II - JUSTIFICATIVAS**

**2.1.** O Instituto Federal do Amapá – IFAP, nos últimos anos, vem se estruturando gradativamente na área de planejamento e gestão, de modo a criar uma cultura administrativa que se antecipe às oportunidades conjunturais e ameaças do ambiente externo. Para tanto, no programa de expansão, faz-se necessário à construção de uma subestação de energia elétrica no Campus Avançado de Oiapoque. A construção da subestação tem como finalidade a garantia da continuidade de energia elétrica, apresentando grau de confiabilidade no sistema de fornecimento e garantindo a segurança de operação, buscando evitar significativos prejuízos para o campus de Oiapoque, além de fornecer energia elétrica de qualidade para a atual e futuras instalações físicas do Campus.

**2.2.** A opção de realização da presente licitação adotando o Regime Diferenciado de Contratação – RDC, amparado pelo § 3º, do art. 1º, da Lei 12.462/2011, dá-se pela necessidade de construção, no menor prazo possível, de uma subestação de energia, no Campus Avançado Oiapoque, e ainda, pela vantajosidade econômica, uma vez que a modalidade é mais célere, empregando assim menos custos com mão-de-obra e materiais necessários para formalização processual, diminuindo consideravelmente o número de documentos a serem avaliadas e arquivados em comparação com as demais modalidades de licitação para este objeto.

**2.2.1.** A escolha da modalidade RDC Eletrônico e empreitada por preço global encontra amparo legal na Lei nº. 12.462/2011 em seu art. 8º e ainda no art. 13, que informam que as licitações deverão ser realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica. A escolha da modalidade dá-se pela busca por maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos.

## **III - FUNDAMENTO LEGAL, MODO DE DISPUTA, CRITÉRIO DE JULGAMENTO, REGIME DE EXECUÇÃO E ABRANGÊNCIA DA LICITAÇÃO**

**3.1.** Fundamento Legal: § 3º do artigo 1º, da Lei nº 12.462/2011.

**3.2.** Modo de Disputa: ABERTO.

**3.3.** Critério de Julgamento: MAIOR DESCONTO.

**3.4.** Regime de Execução: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

#### **IV - OBJETO**

**4.1.** Contratação de empresa de engenharia especializada para execução, mediante o regime de empreitada por preço global, da obra de construção de subestação de energia no Campus Avançado de Oiapoque, conforme especificações técnicas constantes dos Anexos I deste Termo.

**4.2.** O **prazo para execução** da obra será de **90 (noventa)** dias para a Subestação.

**4.3.** os prazos serão contados a partir da emissão da Ordem de Serviço (OS).

#### **V - MEMORIAL DESCRITIVO**

**5.1.** SUBESTAÇÃO: Cubículo de medição, em conformidade com os padrões da concessionária local, estrutura em concreto armado (fundações, vigas e pilares) / fechamentos (internos e externos) em alvenaria de tijolo cerâmico rebocado e pintado / cobertura tipo laje. Além da subestação blindada, será instalado transformador em bancada aérea, em poste de concreto armado duplo "T", 11 m, 400 kg, a potência nominal de 300 kVA, tensão primária de trabalho 13.800 V, tensão secundária de 220/127 V.

#### **VI - VISITA TÉCNICA - CONHECIMENTO DO LOCAL**

**6.1.** O licitante poderá visitar o local de execução da obra descrita no item 4 deste Termo, no Campus Avançado de Oiapoque, Av. Joaquim Caetano da Silva, 870, Centro, município de Oiapoque-AP, para se inteirar de todos os aspectos referentes à sua execução, podendo agendar visitas com o Departamento de Engenharia do IFAP, até o 5º (quinto) dia útil que anteceder a data de abertura das propostas.

**6.2.** A visita ao local de execução da obra deverá ocorrer em dias úteis, durante o horário comercial, no endereço citado no item 6.1, e será agendada e confirmada por correio eletrônico, conforme a seguir: [dien@ifap.edu.br](mailto:dien@ifap.edu.br) ou [alexandre.sobral@ifap.edu.br](mailto:alexandre.sobral@ifap.edu.br).

**6.3.** O licitante poderá declinar do direito de realizar a visita técnica, nos termos do Acórdão 409/2006 - TCU - Plenário. Nesse caso, deverá apresentar declaração de declínio do direito de realizar a visita técnica e de ter conhecimento integral das condições do local da execução do serviço.

**6.4.** A declaração referida no subitem anterior isenta o IFAP de qualquer responsabilidade decorrente do desconhecimento, por parte do licitante, das condições da execução das obras e serviços, não sendo admitida qualquer alegação posterior.

**6.5.** Em nenhuma hipótese poderá o licitante alegar a insuficiência de dados e informações sobre o local e as condições pertinentes ao objeto do Contrato.

**6.6.** Não será permitido que um mesmo preposto represente 02 (duas) ou mais empresas distintas na visita técnica.

#### **VII - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA GERAL DO LICITANTE**

**7.1** Registro da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).

**7.2.** Registro da empresa licitante no Cadastro Técnico Federal do IBAMA, com validade na data limite de entrega da documentação e das propostas.

**7.3.** Atestado de Visita Técnica, emitido pela Diretoria de Engenharia do IFAP em nome da empresa Licitante, comprovando que esta tem pleno conhecimento do local e que se inteirou de todas as condições previstas para a prestação dos serviços ou Declaração de Declínio de Visita Técnica (Anexo II), nos termos do subitem 6.4 deste Termo.

**7.4.** Atestado ou declaração de capacidade técnica, em nome do licitante, expedido por pessoa jurídica de

direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, com respectivos quantitativos mínimos do objeto licitado, a saber:

**a) Execução de instalação de transformador (150 KVA)**

**7.4.1.** Os quantitativos exigidos no item anterior, tem como fundamento legal a Súmula TCU nº 263 e Acórdão 361/2017-TCU-Plenário.

**7.5.** Comprovação do Licitante possuir em seu quadro, ou na data prevista da entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), regularmente registrado e detentor de atestados de capacidade técnica em nome do profissional, acompanhadas das Certidões de Acervo Técnico (CAT), emitidas pelo respectivo conselho de classe, comprovando ter executado em qualquer tempo, serviços com complexidade e características semelhantes ao objeto desta licitação, compreendendo os respectivos quantitativos mínimos do objeto licitado, a saber:

**a) Execução de instalação de transformador (150 KVA)**

**7.5.1.** Os quantitativos exigidos no item anterior, tem como fundamento legal a Súmula TCU nº 263 e Acórdão 361/2017-TCU-Plenário.

**7.5.1.** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço:

- a) o somatório de diferentes atestados de serviços, desde que executados de forma concomitante;
- b) somatório dos serviços no mesmo atestado;
- c) apresentação de diferentes atestados para comprovar a execução dos diversos serviços.

**7.5.2.** A comprovação de vínculo profissional se fará mediante a apresentação de:

- a) cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante;
- b) cópia do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio;
- c) cópia do contrato de prestação de serviços, entre a empresa e o profissional.

## **VIII - PROPOSTA DE PERCENTUAL DE DESCONTO**

**8.1.** A Proposta de Percentual de Desconto deverá ser apresentada pelo Licitante mais bem classificado, acompanhada dos seguintes anexos:

- a) Planilha Orçamentária;
- b) Composição dos Custos Unitários (CPU) - com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, vedada a utilização de unidades genéricas ou indicadas como verba;
- c) Bonificações e Despesas Indiretas (BDI);
- d) Encargos Sociais (ES);
- e) Cronograma de físico-financeiro.

**8.1.1.** A Planilha Orçamentária deverá conter os grupos, discriminações, unidades de medição e quantidades exatamente nos termos definidos pelo IFAP, não sendo permitida nenhuma alteração pelo Licitante.

**8.2.** No cálculo do valor da proposta final, ajustada ao percentual de desconto ofertado, e no preenchimento da Planilha Orçamentária o Licitante não poderá:

- a) Cotar preços unitários superiores ao orçamento previamente estimado pelo IFAP, o qual segue os termos dos §§ 3º e 4º do art. 8º da Lei nº 12.462/2011;
- b) Deixar de apresentar preço unitário para um ou mais serviços;
- c) Cotar preço inexecutável, ressalvado o disposto nos **subitens 9.4. e 9.5.** deste Termo.

**8.3.** O Licitante deverá considerar incluídas nos valores propostos todas as despesas, inclusive aquelas relativas a taxas, tributos, encargos sociais, que possam influir direta ou indiretamente no custo de execução dos serviços.

**8.4.** O Licitante deverá utilizar, sempre que possível, nos valores propostos, mão de obra, materiais, tecnologias e matérias primas existentes no local da execução dos serviços, desde que não se produzam prejuízos à eficiência na execução do objeto e que seja respeitado o limite do orçamento estimado para a contratação.

**8.5.** É de inteira responsabilidade do Licitante, obter dos órgãos competentes informações sobre a incidência ou não de tributos e taxas de qualquer natureza devidas para a realização do objeto desta

licitação, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.

**8.6.** O valor máximo que o IFAP admite pagar para a execução dos serviços objeto desta licitação é o global por ela estimado, o qual deverá ser analisado pelo Licitante, que se responsabilizará pelo percentual de desconto ofertado e, consequentemente, pelo preço global resultante, bem como pela execução total dos serviços detalhados na Planilha Orçamentária e demais documentos, deste Termo.

**8.7.** Com o objetivo de se adequar à Lei nº 12.844/2013 que trata da desoneração da folha de pagamento, bem como atender ao Acórdão 2622/2013 – TCU, as planilhas orçamentárias deverão ser apresentadas com desoneração da folha (Encargos Sociais = 86,75%) e tendo como parâmetro o BDI de 25,00%, conforme composições em anexo.

## **IX - REQUISITOS DE CONFORMIDADE E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PERCENTUAL DE DESCONTO**

**9.1.** O julgamento por maior desconto terá como referência o preço global fixado no instrumento convocatório, sendo o desconto estendido aos eventuais termos aditivos.

**9.2.** Nos termos do § 3º do art. 19 da Lei nº 12.462/2011, o percentual de desconto apresentado pelos licitantes incidirá linearmente sobre os preços de todos os itens do orçamento estimado constantes do instrumento convocatório.

**9.3.** Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada (aquela que tiver seu preço aceito) com os requisitos do instrumento convocatório, será desclassificada caso:

- a) Contenha vícios insanáveis;
- b) Não obedeça às especificações técnicas relacionadas no Edital;
- c) Apresente qualquer oferta de vantagem baseada em proposta das demais licitantes ou de qualquer outra natureza, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido;
- d) Apresente preços manifestamente inexequíveis ou acima do orçamento estimado para a contratação;
- e) Não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo IFAP.

**9.4.** Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos percentuais de desconto resultem em valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- a) Média aritmética dos valores das propostas superiores a cinquenta por cento do valor do orçamento previamente estimado pelo IFAP;
- b) Valor do orçamento previamente estimado pelo IFAP.

**9.5.** Caso reste dúvida quanto à exequibilidade da proposta mais vantajosa, a Comissão promoverá diligência, de forma a conferir ao Licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

**9.5.1.** O Licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados na composição dos custos.

**9.5.2.** A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo Licitante em relação aos quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

## **X - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**10.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

**10.2.** A Contratada deverá apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento da Ordem de Serviços, os seguintes documentos:

- a) Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil (PGRSCC);
- b) Anotação de Responsabilidade de Execução, emitida pelo CREA ou CAU;
- c) Alvará de Construção, emitido pela Prefeitura do município, onde será realizada a obra.

**10.3.** Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados com vícios, defeitos, incorreções ou em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo

prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

**10.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

**10.5.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

**10.6.** Apresentar relação dos empregados que irão participar da execução dos serviços.

**10.7.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

**10.8.** Responsabilizar-se, em relação a seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços objeto do Contrato, tais como:

- a) salários;
- b) seguro de acidentes;
- c) taxas, impostos e contribuições;
- d) indenizações;
- e) vales-refeição;
- f) vales-transporte;
- g) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

**10.9.** Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Contratante.

**10.10.** Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação.

**10.11.** Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, previdenciária, tributária, fiscal, securitária, comercial, civil e criminal, que se relacionem direta ou indiretamente com o serviço, inclusive no tocante a seus empregados e prepostos.

**10.12.** Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica do trabalho, na hipótese de ocorrência da espécie, sendo vítimas seus empregados, no desempenho de atividades relativas ao objeto da contratação, ainda que nas dependências do Contratante.

**10.13.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

**10.14.** Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

**10.15.** Zelar para que a equipe de trabalho a ser posta no local da execução dos serviços seja convenientemente dimensionada e dirigida por profissionais habilitados.

**10.16.** Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pelo Contratante.

**10.17.** Arcar com o pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato a ela imputável e relacionado com o serviço objeto do Contrato.

**10.18.** Arcar com todos os prejuízos advindos de perdas e danos, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios resultantes de ações judiciais a que o Contratante for compelido a responder em decorrência da contratação.

**10.19.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

**10.20.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos

relativos à execução do empreendimento.

**10.21.** Acatar as determinações feitas pela fiscalização do Contratante no que tange ao cumprimento do objeto do Contrato.

**10.22.** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**10.23.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

**10.24.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

**10.25.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**10.26.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**10.27.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**10.28.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

**10.29.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

**10.30.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

**10.31.** Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

**10.32.** A Contratada providenciará e manterá Diário de Obras (livro de capa resistente) com páginas numeradas e rubricadas pela fiscalização, onde serão anotadas todas as ocorrências, conclusão de eventos, atividades em execução formais, solicitações e informações diversas que, a critério das partes, devam ser objeto de registro.

**10.32.1.** O Diário de Obra deverá ter todas as suas páginas numeradas em ordem sequencial, de 01 (um) a 50 (cinquenta), em 3 (três) vias, e rubricadas pela fiscalização. Caberá ao responsável técnico da Contratada o seu preenchimento. Diariamente será dada ciência do preenchimento do Diário à Comissão encarregada da fiscalização dos serviços que, após efetuar no Diário as anotações mencionadas no caput da presente Condição, destacará a primeira via de cada página, para seu controle e arquivo. A segunda via será destacada e arquivada pela Contratada, ficando a terceira via no próprio Diário.

**10.32.2.** Ao final da obra, o Diário referido será de propriedade da Administração da Contratante.

**10.33.** Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante.

**10.34.** Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010).

**10.35.** Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

**10.36.** Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das

atividades em relação ao cronograma previsto.

**10.37.** Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

- a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

**10.38.** Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;
- c) Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória;
- d) Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

**10.39.** Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

- a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- b) Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
  - b.1) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;
  - b.2) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
  - b.3) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
  - b.4) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

**10.40.** Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

**10.41.** Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

**10.42.** Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

- a) Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual,

deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

b) Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

c) Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

**10.43.** Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

**10.44.** Em se tratando do regime empreitada por preço global ou empreitada integral a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

## **XI - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**11.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

**11.2.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor capacitado, qualificado ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**11.3.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

**11.4.** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro.

**11.5.** Exigir a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada.

**11.6.** Caso não seja apresentado a documentação comprobatória exigida no item 11.5., a contratante comunicará o fato à contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

**11.7.** Na hipótese prevista no item 11.6., não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de 15 (quinze) dias, a contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

**11.8.** Para fins de fiscalização do cumprimento de que trata o item 11.5., a contratante deverá solicitar, mensalmente, por amostragem, que a contratada apresente os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados alocados na execução da obra, em especial, quanto:

- a) ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- b) à concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;
- c) à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
- d) aos depósitos do FGTS; e
- e) ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

**11.9.** Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

- a) exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente



aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;

b) promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado.

**11.10.** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

**11.11.** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

**11.12.** Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

**11.13.** Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

- a) "*as built*", elaborado pelo responsável por sua execução;
- b) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
- c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- d) carta "habite-se", emitida pela prefeitura;
- e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- f) a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

## **XII - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**12.1.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

**12.2.** O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

**12.3.** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

**12.4.** O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, no Diário da Obra, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

**12.5.** O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

**12.6.** As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

**12.7.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **XIII - DA SUBCONTRATAÇÃO**

**13.1.** É permitida a subcontratação parcial, nas seguintes condições:

**13.1.1.** A subcontratação dos serviços, depende de autorização prévia por parte do Contratante, ao qual cabe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis, dentre eles a regularidade fiscal e trabalhista.

**13.1.2.** Os serviços passíveis de subcontratação, submetidos a avaliação técnica, serão permitidos desde que a Anotação de Responsabilidade Técnica principal seja da empresa contratada, ou seja dos responsáveis técnicos declarados na equipe técnica mínima.

**13.2.** Somente serão permitidas as subcontratações regularmente autorizadas pelo IFAP, podendo ser causa de rescisão contratual aquela não devidamente formalizada, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**13.3.** A relação que se estabelece na assinatura do contrato é exclusivamente entre o IFAP e a contratada, não havendo qualquer vínculo ou relação de nenhuma espécie entre a autarquia e a subcontratada, inclusive no que se refere à medição e ao pagamento direto da subcontratada.

**13.4.** A empresa contratada responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.

**13.5.** A subcontratação não exclui a responsabilidade do Contratado perante a administração pública quanto à qualidade técnica da obra ou serviço prestado.

**13.6.** Quando permitida a subcontratação, o contratado deverá apresentar documentação do subcontratado que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária à execução da parcela da obra ou serviço subcontratado.

#### **XIV - DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**14.1.** Quando a obra contratada for concluída caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Contratante, a qual competirá, no prazo de até **15 (quinze) dias**, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório.

**14.1.1.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e, se for o caso, à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

**14.2.** A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços e obras executadas, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

**14.2.1.** Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.

**14.2.2.** A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

**14.3.** O Termo de Recebimento Definitivo das obras e/ou serviços contratados será lavrado em até **90 (noventa) dias** após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas, e somente após solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato.

**14.3.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere este subitem não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o fato seja comunicado à Contratante nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão do prazo.

**14.3.2.** O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

#### **XV - AJUSTE DE PREÇO**

**15.1.** Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

**15.2.** Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Construção Civil - INCC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**15.2.1.** Os preços contratuais serão reajustados para mais ou para menos, de acordo com a variação do índice indicados no item anterior, com base na seguinte fórmula, vedada a periodicidade de reajuste inferior a um ano, contados da data limite para apresentação da proposta:

$R = V \cdot (I - I_0) / I_0$ , onde:

R = valor do reajuste procurado;

V = valor contratual do fornecimento, obra ou serviço a ser reajustado;

$I_0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = índice relativo à data do reajuste.

**15.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**15.4.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**15.5.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**15.6.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**15.7.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **XVI - GARANTIA DA EXECUÇÃO**

**16.1.** O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

**16.2.** No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

**16.2.1.** A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

**16.2.2.** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

**16.3.** A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual.

**16.4.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

**16.5.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

**16.6.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

**16.7.** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

**16.8.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

**16.9.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

**16.10.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

**16.11.** A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

## **XVII - PENALIDADES SOBRE A CONTRATADA**

**17.1.** Em caso de descumprimento das obrigações contraídas neste Instrumento, a adjudicatória/contratada ficará sujeita às penalidades previstas no Art.47, da Lei 12.462/11, e subsidiariamente no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93.

**17.2.** Nos termos do Art.47, da Lei 12.462/11, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e no contrato, bem como das demais cominações legais, a licitante que:

- a) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso;
- b) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- c) Não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
- d) Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; ou
- f) Der causa à inexecução total ou parcial do contrato.

**17.3.** Pela inexecução total ou parcial do contrato celebrado com o IFAP, serão aplicadas as sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

**17.4.** A inexecução parcial ou total do objeto e a prática de qualquer dos atos indicados na Tabela abaixo, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão da Contratada, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na legislação vigente e nesse contrato, observando-se o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com IFAP;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

### **17.4.1. Advertência:**

**17.4.1.1.** A Advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, e nas situações que ameacem a qualidade do produto ou serviço, ou a integridade patrimonial ou humana;

**17.4.1.2.** A Advertência poderá ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do IFAP, a critério do Gestor do Contrato, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

**17.4.1.3.** Na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados na Tabela abaixo, poderá, a critério da FISCALIZAÇÃO, ser aplicada apenas a advertência;

**17.4.1.4.** No primeiro mês em que ocorrer atraso poderá ser aplicada, a critério da FISCALIZAÇÃO, a sanção de advertência;

**17.4.1.5.** A qualquer tempo a FISCALIZAÇÃO poderá aplicar a sanção de advertência se constatado atraso da obra de até 5%. (cinco por cento) do cronograma físico aprovado.

**17.4.2. Multas:**

**17.4.2.1.** Caso haja a inexecução parcial do objeto será aplicada multa de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual.

**17.4.2.1.1.** Será configurada a inexecução parcial do objeto, quando:

a) A Contratada executar, até a metade do prazo contratual, menos de 50% (cinquenta por cento) do previsto no cronograma físico-financeiro por ela apresentado e aprovado pela fiscalização

b) A Contratada executar, até o final do prazo contratual, menos de 80% (oitenta por cento) do total do Contrato;

c) Houver atraso injustificado por mais de 60 (sessenta) dias após o término do prazo fixado para a conclusão da obra.

**17.4.2.2.** Para inexecução total, a multa aplicada será de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

**17.4.2.2.1.** Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 30 (trinta) dias após a emissão da ordem de serviço.

**17.4.2.3.** Além das multas previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas multas, conforme graus e eventos descritos nas tabelas 1 e 2 abaixo.

**TABELA 1**

<b>GRAU CORRESPONDÊNCIA</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
<b>PERCENTUAL SOBRE O VALOR TOTAL DO CONTRATO</b>	0,01%	0,02%	0,03%	0,04%	0,05%

**TABELA 2**

<b>INFRAÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
<b>1</b>	Encaminhar Nota Fiscal ao IFAP, sem prévia e autorização expressa desta; por ocorrência.	<b>Advertência</b>
<b>2</b>	Permitir a presença de empregado sem uniforme; por trabalhador e por ocorrência.	<b>2</b>
<b>3</b>	Manter trabalhador sem qualificação para a execução dos serviços; por trabalhador e por dia.	<b>2</b>
<b>4</b>	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	<b>3</b>

<b>5</b>	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material; por ocorrência.	<b>1</b>
<b>6</b>	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários, por trabalhador, por ocorrência.	<b>3</b>
<b>7</b>	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia e por tarefa designada.	<b>3</b>
<b>8</b>	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência da Fiscalização; por ocorrência.	<b>2</b>
<b>9</b>	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	<b>3</b>
<b>10</b>	Utilizar as dependências do IFAP para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	<b>2</b>
<b>11</b>	Recusar-se a executar serviço determinado pela Fiscalização, sem motivo justificado; por ocorrência.	<b>3</b>
<b>12</b>	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	<b>4</b>
<b>13</b>	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	<b>3</b>
<b>14</b>	Deixar de apresentar a ART dos serviços para início da execução destes no prazo de até 15 (quinze) dias após o recebimento da Ordem de Serviço, por dia de atraso;	<b>2</b>
<b>15</b>	Deixar de substituir trabalhador que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por trabalhador e por dia.	<b>2</b>
<b>16</b>	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	<b>2</b>
<b>17</b>	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela Fiscalização; por ocorrência.	<b>Advertência</b>
<b>18</b>	Deixar de cumprir determinação da Fiscalização para controle de acesso de seus trabalhadores; por ocorrência.	<b>Advertência</b>
<b>19</b>	Deixar de fornecer Diário de Obra no local da obra e/ou apresentar a contratada quando solicitado, e não manter no escritório da obra os projetos executivos; por dia	<b>Advertência</b>
<b>20</b>	Deixar de indicar representante aceito pela contratante, para representá-la na execução do contrato; por dia.	<b>Advertência</b>
	Deixar de comunicar a contratante quando a obra estiver paralisada; por	

<b>21</b>	ocorrência	<b>Advertência</b>
<b>22</b>	Deixar de executar serviço, sem prévia anuência da fiscalização, cuja natureza requeira análise mais acurada quanto à qualidade do produto acabado, face à necessidade de observância de tempo mínimo estabelecido em norma, como no caso de obras do concreto (tempo de cura); por ocorrência.	<b>5</b>
<b>23</b>	Deixar de fornecer EPI, quando exigido, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência;	<b>4</b>
<b>24</b>	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da Fiscalização; por ocorrência.	<b>5</b>
<b>25</b>	Deixar de iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos pela Fiscalização, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por serviço, por dia.	<b>2</b>
<b>26</b>	Deixar de refazer serviço não aceito pela Fiscalização, nos prazos estabelecidos no contrato ou determinado pela Fiscalização; por ocorrência.	<b>2</b>
<b>27</b>	Deixar de indicar e manter durante a execução do contrato o engenheiro responsável técnico pela obra, nas quantidades previstas neste termo de referência; por dia.	<b>5</b>
<b>28</b>	Deixar de submeter à aprovação da Comissão fiscalizadora da Contratante, o(s) nome(s) e o(s) dado(s) demonstrativo(s) da respectiva capacidade técnica do responsável técnico que, porventura, venha a substituir o originalmente indicado; por ocorrência.	<b>1</b>
<b>29</b>	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela Fiscalização; por ocorrência.	<b>2</b>
<b>30</b>	Deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, tíquetes-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas, por dia e por ocorrência;	<b>4</b>
<b>31</b>	Deixar de cumprir prazo previamente estabelecido para execução dos serviços previstos no cronograma de execução físico-financeiro por ela apresentado e aprovado pela fiscalização, por dia de atraso injustificado.	<b>3</b>
<b>32</b>	Deixar de executar os projetos aprovados, por ocorrência.	<b>2</b>

**17.4.3.** Suspensão temporária de participar em licitação e impedimentos de contratar com o IFAP:

a) A sanção de suspensão do direito de licitar e de contratar com o IFAP, de que trata o inciso III, art. 87, da Lei n.º 8.666/93, poderá ser aplicada à Contratada, por culpa ou dolo, por até 2 (dois) anos, no caso de inexecução parcial do objeto.

**17.4.4.** Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública:

**17.4.4.1.** A sanção de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei n.º 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos,

quando:

- a) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o IFAP, em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do Contrato, sem consentimento prévio do IFAP;
- e) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº. 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do IFAP após a assinatura do Contrato;
- f) apresentação, ao IFAP, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do Contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;
- g) inexecução total do objeto, conforme prevista no item 17.4.2.2.1.

**17.5.** As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de contratar com o Instituto Federal do Amapá e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à contratada juntamente com a de multa.

**17.6.** As penalidades de advertência e multa serão aplicadas após regular procedimento administrativo, de ofício ou por provocação do Fiscal do Contrato;

**17.7.** As sanções previstas nos itens 17.4.1, 17.4.2, 17.4.3 e 17.4.4. poderão ser aplicadas cumulativamente à prevista no 18.7, assegurado o direito de defesa prévia do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

**17.8.** Em qualquer caso, será assegurada a Contratada a ampla defesa.

## **XVIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**18.1.** Os licitantes, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar toda a documentação referente à licitação, dirimindo oportunamente suas dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões que não poderão ser alegadas em pleitos de acréscimos dos preços e prazos propostos.

**18.2.** A assinatura do Contrato implica aceitação plena das condições estabelecidas neste Termo de Referência, que é parte integrante do Contrato. Ao aceitá-las, a Contratada assumirá responsabilidade pelo correto e completo cumprimento de seus preceitos.

**18.3.** A Administração do Contratante analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

**18.4.** Para os casos previstos no item 18.1, o Contratante poderá atribuir a uma comissão, por esta designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

**18.5.** Os agentes públicos responderão, na forma da lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem à Administração no exercício de atividades específicas do cumprimento do contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais constantes nestas "Disposições Finais".

**18.6.** As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do Contratante, cujo objetivo final é o de atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

**18.7.** Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do contrato a Contratada avisará por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.

**18.8.** Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer um dos itens ou condições estatuídas no contrato, as quais permanecerão íntegras.

**18.9.** A Contratada deverá manter sigilo de todas as informações a que tiver acesso em função da execução do Contrato. Nenhum dado, seja obtido diretamente nos levantamentos ou por qualquer outro



meio, pode ser levado ao conhecimento de qualquer pessoa estranha, sob pena de sanções administrativas, civis e penais cabíveis, salvo prévia e expressa autorização do IFAP.

## **XIX - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**19.1.** As despesas decorrentes dos serviços do presente termo de referência ocorrerão à conta da seguinte dotação orçamentária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP: Fonte de Recurso (INSERIR FONTE); Programa de Trabalho (INSERIR PROGRAMA); Natureza de despesa: (INSERIR NATUREZA); exercício de 2021.

<p><b>TERMO DE REFERÊNCIA</b> <b>ELABORADO POR:</b></p> <p>ALEXANDRE SALOMÃO BARILE SOBRAL</p> <p>Chefe do Departamento de Engenharia e Infraestrutura</p> <p><b>Portaria nº</b> <b>1.011/2020/GAB/RE/IFAP</b></p> <p><b>COMISSÃO DE ESTUDOS</b> <b>TÉCNICOS PRELIMINARES</b></p> <p><b>Portaria nº</b> <b>1123/2021/GAB/RE/IFAP</b></p> <p>Nil Clinton Côrte Costa - SIAPE nº 2329868</p> <p>Manoel José Magalhães da Silva - SIAPE nº 1845649</p> <p>Darlan de Sousa Silva - SIAPE nº 1178072</p> <p>Declaração de autorização válida com assinatura eletrônica do Chefe do Departamento de Engenharia e Infraestrutura - DEIN/PROAD.</p>	<p><b>APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA</b></p> <p>( X ) Aprovo e autorizo abertura de Processo de Licitação</p> <p>( ) Não aprovo</p> <p>MARIALVA DO SOCORRO RAMALHO DE OLIVEIRA DE ALMEIDA</p> <p><b>Reitora do IFAP</b></p> <p>Declaração de autorização válida com assinatura eletrônica da Ordenadora de Despesas neste documento.</p>
---	--

**ANEXO I**  
**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**  
**SUBESTAÇÃO**

**1 - OBJETIVO**

As presentes especificações se referem à execução total, por empreitada global, da obra de cubículo de medição e subestação de energia com transformador de 300KVA no Campus Avançado de Oiapoque.

**2 - APRESENTAÇÃO**

Este memorial tem por objetivo descrever e especificar os detalhes construtivos para execução do projeto elétrico de um cubículo de medição e proteção e instalação de uma subestação de transformação, externa, montada em cavalete, conforme padrões da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA, para potências de 300 KVA, com o primário ligado em 13,8KV e o secundário em 220/127 V, visando suprir as necessidades elétricas do Instituto Federal do Amapá (IFAP) - no Município de Oiapoque - AP. O referido projeto foi desenvolvido baseado na NTD-02-005/2004 da CEA.

A subestação será instalada na área interna do terreno, conforme especificado na planta de locação, sendo que os condutores de saída do transformador, logo após a medição e proteção geral serão encaminhados até o QGBT.

No QGBT serão alimentados todos os circuitos parciais e quadros de distribuição da área interna.

Toda e qualquer alteração do projeto durante a obra deverá ser feita mediante consulta prévia do engenheiro projetista e somente poderá ser executada após a autorização do mesmo, ficando sob responsabilidade da empresa executora a emissão do projeto "as built".

**3. SERVIÇOS PRELIMINARES**

**3.1. Taxas de regularização da obra**

A empresa contratada deverá regularizar toda a documentação da obra junto aos órgãos competentes (CREA, Prefeitura e CEA) antes do início dos serviços.

**3.2. Administração Local**

Será exercida por Engenheiro eletricista responsável, em horário determinado, além de encarregados e/ou mestres e vigia.

**3.3. Placa da obra**

A contratada colocará a placa da obra, conforme padrão fornecido pelo IFAP- GOVERNO FEDERAL.

**3.4. Projeto Complementar**

A empresa contratada deverá executar o projeto elétrico, bem como emitir ART - Anotação de Responsabilidade Técnica do referido projeto.

**4. ENTRADA DE ENERGIA**

A entrada de energia existente é aérea, através de ramal de ligação de cabos de alumínio #2AWG.

**5. TENSÃO DE FORNECIMENTO**

A edificação é atendida através de derivação da rede de distribuição da CEA na tensão primária de 13,8 kV, derivando da rede primária através de 03 chaves fusíveis 15 kV 100 A.

**6. CHAVES E ELOS FUSÍVEIS**

Foram dimensionados conforme a tabela da norma NTD 02 CEA, para transformadores de até 300 kVA.

Chaves: Capacidade de 100 A- 15 kV;

Elo fusível: 15K.

**7. ESPECIFICAÇÕES DA MEDIÇÃO**

A medição será indireta, localizada no interior do cubículo de medição e proteção, sendo que os componentes, transformadores de corrente e medidor serão instalados conforme padrão CEA, conforme especificação e detalhes vistos na prancha.

Todas as caixas utilizadas deverão ser de aço, conforme padrão CEA, com dispositivo para lacre. O dimensionamento dos TC's foi feito conforme a norma NTD 02 CEA.

### **7.1. Cubículo de medição e proteção**

O ramal de entrada do cubículo será aéreo, constituído por três cabos alumínio nu, unipolares, rígidos, próprios para instalação em locais abertos e sujeitos à umidade, de bitola #2AWG.

### **7.2. Barramentos**

Os barramentos deverão ser feitos de vergalhão ou barra de cobre, não será permitido o uso de cabo de cobre, dimensionados para média tensão primária de 13.800 V cujo NBI é 95, e para os serviços interno o afastamento entre fases ( FF) é de 200 mm e entre fases e terra ( FT) é de 150 mm, e para os serviços externos entre fases ( FF) é de 300 mm e entre fase e terra( FT) é de 200 mm.

Quando instalados os barramentos deverão ser pintados e identificados com as seguintes cores:

FASE A – AZUL

FASE B – BRANCO

FASE C – VERMELHO

NEUTRO – CINZA

### **7.3. Cabos de baixa tensão**

Sendo subterrânea a saída da subestação, os cabos devem ter isolamento mínimo para 1 KV, unipolares, próprios para instalação em locais não abrigados e sujeitos à umidade (referência: EPR e XLPE). Nas extremidades dos condutores devem ser utilizados terminações e acessórios adequados para a conexão. No cubículo de medição não se usa muflas terminais e sim conectores de derivações e terminais para tubo vergalhão de cobre conforme bitola adotada.

### **7.4. Prédios do cubículo de medição**

O prédio será construído de acordo com as normas atuais da ABNT e CEA, onde serão abrigados os equipamentos pertencentes ao conjunto, os quais serão instalados em cubículos individuais com separação em alvenaria. O pé direito mínimo do cubículo de medição deve ser de 5,50 m, para entrada aérea, as coberturas deverão ser construídas com o desnível indicados nos padrões e orientadas de modo a não permitir o escoamento de água de chuva sobre os condutores de alta tensão, impermeável contra a infiltração d'água e o teto deverá ser de laje de concreto armado e as paredes, externas e internas de alvenaria, terão espessura mínima de 0,15 m. As portas deverão ser metálicas, abrir para fora, ser de uma dimensão tal que permita a passagem folgada do maior equipamento da subestação (mínimo de 1,20 x 2,10 m) e ter afixada placa com a indicação “PERIGO DE MORTE - ALTA TENSÃO”. Os compartimentos do cubículo deverão observar as dimensões mínimas apresentadas em projeto. Todos os cubículos deverão ser isolados com tela de arame zincado de 12 BWG, com malha de, no máximo, 3 cm x 3cm. O cubículo deverá possuir sistema de iluminação artificial, alimentado em corrente contínua ou alternada. As dimensões das janelas deverão atender às especificações contidas em projeto. O cubículo deverá ser equipado com extintor para combate a incêndio do tipo Classe - C e atender as demais exigências de segurança estabelecida na norma NR-23 consolidação das leis do trabalho.

## **8. ESPECIFICAÇÃO DA MALHA DE ATERRAMENTO**

A malha de aterramento possuirá 09 hastes de terra tipo COPPERWELD 5/8” x 2,40m, com cabo de cobre nu de 50 mm², conforme projeto.

NOTA: - A resistência da malha de terra não deverá ultrapassar o valor de 10 Ohms em qualquer época do ano.

## **9. SUBESTAÇÃO**

A subestação será do tipo externa, instalada em cavalete, conforme padrão CEA para transformadores de até 300 KVA com as seguintes características:

Transformador trifásico projetado e fabricado de acordo com a norma NBR 5440, potência nominal de 300 KVA, tensão primária de 13.800 V, TAP's ajustáveis, tensão secundária de 220/127 V, ligação delta-estrela aterrado, refrigeração natural a óleo mineral, instalação externa em cavalete.

## **10. ELETRODUTOS**

Junto ao poste da subestação: Eletroduto de aço galvanizado 4”, dimensionados conforme a NTD 02 CEA. Trecho subterrâneo entre a subestação e os quadro de distribuição parcais, eletroduto PVC rígido 4”, sendo que nos locais onde houver passagem de veículos os mesmos deverão ser envelopados em concreto. Deverá ser observado o detalhamento da vala de passagem dos dutos, com as respectivas dimensões de espaçamento e profundidades.

## **11. RESUMO DA CARGA INSTALADA**

A carga total instalada, de 320 kW, é composta basicamente por iluminação, tomadas de uso geral e

específico e condicionadores de ar.

## **12. DEMANDA PROVÁVEL**

Para a determinação da demanda provável da instalação foram consideradas as características e frequência de utilização dos equipamentos. Também foi considerada a utilização do auditório e futuramente a implantação do ginásio poliesportivo, onde todas as dependências do IFAP Campus Avançado Oiapoque são utilizadas. Para as demais cargas de iluminação, ar condicionados e tomadas foram adotados os fatores de demandas pré-estabelecidos.

A demanda máxima prevista será de 360 kW.

## **13. CONDUTORES**

### **13.1 Alimentadores Geral do QGBT**

Deverão ser utilizados condutores unipolares de cobre têmpera mole, encordoamento Classe 2, com isolamento, enchimento e cobertura em composto termoplástico, sem chumbo para tensões de 0,6/1,0 KV e temperatura de trabalho contínuo de até 70°, com seção nominal de 2x180 mm ( dois condutores por fase e dois condutores para o neutro).

Deverá ser utilizado o seguinte padrão de cores:

Fases – Preto, Vermelho, Branco ou Cinza;

Neutro – Azul Claro;

PE ou Terra – Verde-amarelo ou verde.

Todos deverão estar em conformidade com as normas NBR 7288, NBR 6880, NBR 6245 e NBR 6812.

O condutor neutro deverá ter a mesma seção que os condutores fase, já condutor terra poderá sofrer redução em sua seção conforme NBR 5410.

## **14. QUADRO GERAL DE BAIXA TENSÃO - QGBT.**

O Quadro de distribuição Gera de Baixa Tensão – QGBT deverá ser construído em chapas de aço, estrutura tipo armário modular, instalação de sobrepor com placa para montagem e porta com fechadura do tipo fecho rápido, índice de proteção mínimo IP55. As dimensões mínimas são as indicadas a seguir.

Os barramentos para as três fases, neutro e terra, deverão ser feitos com barras retangulares uniformes de cobre eletrolítico com alta condutibilidade, nas dimensões de 40 x 10 mm e capacidade de condução de 700 A, isolados com material termoencolhível.

Os barramentos deverão ser identificados com as seguintes cores:

Fase A – Preto

Fase B – Branco ou Cinza

Fase C – Vermelho

Neutro – Azul Claro

Terra – Verde.

O barramento de terra deverá ser interligado à estrutura do quadro, a placa de montagem e a porta.

O barramento de neutro deverá ser montado sobre isoladores epóxi, classe 1 KV.

Deverá possuir proteção contra contatos diretos, através de chapa em policarbonato com espessura mínima de 3,0 milímetros transparente. Neste chapa também deverá estar fixadas as etiquetas de identificação dos disjuntores.

A entrada e saídas dos condutores deverá ser feita pela parte superior, sendo que quando for utilizada eletrocalha deverão ser instalados os flanges específicos para cada tipo de eletrocalha, quando forem utilizados eletrodutos, as furações deverão ser o mais justas possíveis e utilizando-se buchas e arruelas adequadas para o acabamento.

Todas as furações executadas no quadro deverão receber proteção contra corrosão as esperas de barramentos para futura instalação de disjuntores.

## **15. DISJUNTORES**

### **15.1. Disjuntor Geral**

Deverá ser do tipo Caixa Moldada, com capacidade nominal de 600 A, e capacidade de suportar curtos-circuitos de até 50 kA e permitir o ajuste das correntes de disparo, de acordo com a capacidade nominal do transformador e dos casos do alimentado geral.

### **15.2. Disjuntores parciais**

Para cada quadro de distribuição geral, serão instalados disjuntores individuais, sendo um para cada ala e pavimento, além das cargas específicas como ar condicionado. Os disjuntores parciais, conforme

especificado no diagrama unifilar, deverão ser do tipo Caixa Moldada, todos com capacidade de suportar curto-circuitos de até 16 kA.

## **16 - Recomendações NR-10**

- Serviços em eletricidade somente poderão ser executados por profissionais capacitados e habilitados conforme estabelecidos pela norma NR 10;
- Deverá ser mantido, junto à subestação e QGBT, cópia do projeto elétrico, contendo todos os documentos que fazem parte do projeto, estando estes a disposição de autoridades e pessoal autorizado pela empresa;
- O sistema de aterramento previsto neste projeto segue a configuração TN-S;
- Todas as partes metálicas, não energizadas deverão ser aterradas através de condutor de equipotencialização;
- As instalações elétricas devem ser mantidas em condições seguras de funcionamento e seus sistemas de proteção devem ser inspecionados e controlados periodicamente de acordo com a regulamentação existente e definições de projeto;
- Os locais de serviços elétricos, compartimentos e invólucros de equipamentos e instalações são exclusivos para esta finalidade sendo expressamente proibido utilizá-los para armazenamento ou guarda de objetos;
- Todos os dispositivos de manobra e proteção dos circuitos elétricos deverão ter:
  - Seccionamento efetivo da energia elétrica;
  - Impedimento, através de bloqueadores, da reenergização;
  - Comprovar a ausência de energia elétrica;
- Além do aterramento do próprio sistema, deverá ser usado, quando for executada a obra, o aterramento temporários com equipotencialização dos condutores;
- Proteger os elementos energizados ( caso não seja possível seu desligamento). Conforme Anexo I da Norma Regulamentadora NR 10;
- Sinalizar com etiquetas de advertência, colocando a data e os nomes dos profissionais autorizados, quando na execução e/ou operação da obra, os circuitos desenergizados;
- Todos os profissionais deverão usar equipamento de proteção individual, EPI, como calçados, luvas, óculos e capacetes, é vedado o uso de adornos pessoais;
- Todos os disjuntores deverão possuir dispositivos de travamento ( bloqueio), impossibilitando o ajuste acidental;
- Em todos os TC' e disjuntores devem existir placas de acrílico para proteção contra contatos acidentais com partes vivas e equipamentos;
- Para a reenergização da instalação deverá ser tomada a sequência de procedimentos:
  - Emoção do aterramento temporário;
  - Remoção da sinalização de impedimento de reenergização;
  - Destravamento e religação dos dispositivos de seccionamento.

## ANEXO II

### MINUTA DE DECLARAÇÃO DE DECLÍNIO DE VISITA TÉCNICA

Ao

Presidente da Comissão de RDC

**RDC ELETRÔNICO nº ...../2021.**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por meio de seu representante legal, o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF \_\_\_\_\_, nos termos do Acórdão nº 409/2006 - TCU - Plenário,

Declina do direito de realizar a visita técnica prevista no Edital sob comento e declara ter conhecimento integral das condições do local da obra.

Declara ainda, ter ciência de que o IFAP fica isento de qualquer responsabilidade decorrente do desconhecimento, por sua parte, das condições da execução das obras e serviços, não sendo admitida qualquer alegação posterior.

Local e Data:

Assinatura do Responsável ou Representante Legal da empresa

Nome, Cargo e Nº da Identidade

Documento assinado eletronicamente por:

- Nil Clinton Corte Costa, ARQUITETO E URBANISTA, em 10/09/2021 11:29:34.
- Manoel Jose Magalhaes da Silva, TECNICO DE LABORATORIO AREA, em 10/09/2021 17:35:23.
- Darlan de Sousa Silva, TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, em 14/09/2021 13:39:18.
- Alexandre Salomao Barile Sobral, Chefe do Departamento de Engenharia e Infraestrutura - CD0004 - DEIN-PROAD, em 16/09/2021 18:04:45.
- Adrielma Nunes Ferreira Bronze, Reitora do Ifap - em Exercício - CD10001 - RE, em 21/10/2021 18:19:50.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 30/08/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 19588

Código de Autenticação: bcf9ad7052



Rodovia BR 210, KM 03, s/n, Brasil Novo, MACAPA / AP, CEP 68909398